

Impasse sobre subsolo volta a adiar votação em plenário

Da Sucursal de Brasília

O impasse quanto à definição da propriedade e exploração do subsolo impediu novamente ontem a aprovação do Capítulo II do Título III do Projeto de Constituição, que trata sobre a União. A proposta do Centrão foi colocada em votação e não foi aprovada nem rejeitada, porque não houve 280 votos (quórum qualificado) a favor nem contra. O texto do Centrão obteve 53 votos a favor, 255 contra e 29 abstenções. A sessão foi suspensa por 24 horas, de acordo com o regimento, e a votação será repetida hoje, em sessão marcada para as 11h.

A liderança do PMDB e o Centrão esperavam chegar à sessão de hoje com um acordo, embora não fizessem questão de definir este item no fim-de-semana.

Depois de ouvir o Conselho de Segurança Nacional (CSN), o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos líderes do Centrão, disse que os objetivos das duas propostas (do grupo e da Sistematização) são os mesmos, faltando apenas uma redação "mais adequada".

No projeto da Sistematização, o subsolo é incluído entre os bens da União. No do Centrão, ele não consta dos bens da União. "O que se quer é garantir o domínio da União sobre o subsolo. Com isto o Centrão concorda. Mas não aceitamos colocá-lo como propriedade da União, porque estaríamos estatizando o subsolo. A União deve ter soberania em relação

PT quer substituição dos ausentes

Da Sucursal de Brasília

O deputado Paulo Delgado (PT-MG) encaminhou ontem à Mesa do Congresso constituinte uma relação com os nomes dos 18 parlamentares mais ausentes no ano legislativo de 1987, conforme os resultados de um levantamento feito por sua assessoria. Delgado voltou a cobrar da Mesa o cumprimento dos regimentos internos do Senado e da Câmara, que determinam a substituição, pelos suplentes, dos parlamentares que faltarem a um terço das sessões anuais. O regimento do Congresso constituinte não trata deste assunto.

O levantamento apresentado por Delgado abrange as 188 sessões realizadas entre o dia 3 de janeiro do ano passado até o dia 29 de janeiro deste ano, término do ano legislativo de 87. A lista é encabeçada pelo deputado Mário Bouchardet

(PMDB-MG), que não teria comparecido a 165 das 188 sessões realizadas.

Também integram a lista, pela ordem decrescente de ausências, Felipe Cheidde (PMDB-SP), com 162; Raul Belém (PMDB-MG), com 143; Mattos Leão (PMDB-PR), com 139; Jessé Freire (PFL-RN), com 132; Mário de Oliveira (PMDB-MG), com 127; Milton Lima (PMDB-MG), com 125; Messias Soares (PTR-RJ), com 103; João Hermann Neto (PMDB-SP), com 102; Osvaldo Coelho (PFL-PE), com 99; Roberto Campos (PDS-MT), com 95; Bosco França (PMDB-SE), com 81; Vieira da Silva (PDS-MA), com 81; Márcio Braga (PMDB-RJ), com 73; Olavo Pires (PMDB-RO), com 71; Harlan Gadelha (PMDB-PE), com 68; Mendes Botelho (PTB-SP), com 66; e Mauro Borges (PDC-GO), com 63.

ao subsolo e não ser a dona dele", disse Cardoso Alves. O líder do PMDB no Congresso constituinte, Mário Covas (SP), acredita que se chegará a um acordo. "Concordamos em temas muito mais polêmicos, por que não neste?", disse.

Se houver acordo para a votação de hoje, o texto do Centrão será aprovado e alterado nas votações seguintes. Se não houver acordo, é praticamente certo que não haverá

quórum qualificado, como ontem. Neste caso, o texto do Centrão é considerado rejeitado e vota-se em seguida a proposta da Comissão de Sistematização, que também deverá ser rejeitada por falta de quórum qualificado.

Chega-se então ao chamado "buraco negro", ou seja, a suspensão da sessão por até 48 horas, para que o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) elabore um novo texto, em comum acordo com grupos e partidos.

Desta vez o "buraco negro", sempre evitado pelos parlamentares, não preocupa, porque se trata de um tema em que o acordo é provável. Para evitar que ele ocorra, os parlamentares podem simplesmente não dar quórum (280) para a votação, que ocorrerá então amanhã.

Com o plenário cheio, a liderança do PMDB votará a favor do texto do Centrão, mesmo sem acordo, porque terá maiores chances de modificá-lo depois.

Na sessão de ontem, o Centrão, tentou repetir a tática que utilizou na última sexta-feira, quando esvaziou o plenário para que não houvesse quórum para votação. Mas mesmo sem os votos da maioria dos integrantes do grupo, o quórum foi atingido, o que os levou a votar depois que o painel eletrônico mostrou que os 280 votos haviam sido alcançados. Não havendo votação, o Centrão preserva seu texto até se chegar a um acordo.

Mandato

Por que quatro anos

Deputado Guilherme Afif Domingos

(PL-SP): "Defendo quatro anos porque estamos enfrentando um momento de transição no qual o presidente Sarney é um acidente histórico, como foram Café Filho e João Goulart. E me parece que a atual situação demonstra claramente que o presidente não estava preparado para esta dura missão. Portanto, o período de transição precisa ser apressado para evitar uma crise institucional no futuro."



Por que cinco anos

Deputado Milton Reis

(PMDB-MG): "Entendo que o mandato presidencial deve ser de cinco anos. É o tempo ideal. E, mesmo que eu não pensasse assim, existe a questão das leis ordinárias e complementares, entre elas, a lei eleitoral. A Constituição ficará pronta, no mínimo, em 21 de abril e mesmo isto é muito difícil. Como ela não é inteiramente autoaplicável, se houver eleição presidencial este ano teremos um caos institucional por falta das leis complementares."

